

## **GESTÃO 2004-2006**

**Presidente: Juíza Águeda Maria Lavorato Pereira**

**Vice-Presidente: Juiz Jorge Luiz Volpato**

**Corregedora: Juíza Licélia Ribeiro**

Em 18 de março de 2004 tomaram posse no TRT a juíza Águeda Maria Lavorato Pereira no cargo de Presidente, o juiz Jorge Luiz Volpato como Vice-Presidente e a juíza Licélia Ribeiro no comando da Corregedoria.

### **INFORMATIZAÇÃO DO TRT DE SANTA CATARINA**

#### **BACEN JUD 2.0 - PENHORA ON LINE**

Em 19 de outubro de 2005 foi apresentada a mais nova versão do sistema Bacen-Jud para os juízes do trabalho. A versão atualizada permite a penhora *on line* de valores depositados em contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas com débitos em execução na Justiça do Trabalho e que sejam clientes do Sistema Financeiro Nacional.

O sistema de penhora por meio eletrônico foi implantado por força de um convênio celebrado entre o TST e o Banco Central e é um excelente instrumento facilitador das execuções.

#### **DIGITALIZAÇÃO DOS ACÓRDÃOS**

Em 27 de maio de 2004, através Portaria GP n.º 210, os acórdãos do TRT passaram a ser armazenados única e exclusivamente no formato digital, de acordo com as rotinas atualmente em uso no Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos - SEDIG, encontrando-se disponíveis às partes e interessados para consulta e extração de eventual cópia na *home page* deste Tribunal. Tal medida gerou uma significativa economia, abolindo a reprodução de milhares de cópias anuais de acórdãos.

Em julho de 2005, o SEDIG finalizou a digitalização de todo o acervo de acórdãos produzidos pelo TRT desde 1981. O trabalho consistiu na digitalização de 1,7 milhão de páginas de mais de 184 mil acórdãos.

#### **CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA - CONVÊNIO BANCO DO BRASIL**

Em 2004, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre o TRT e o Banco do Brasil visando o fornecimento de certificados digitais que permitem a assinatura de documentos eletrônicos com identidades digitais. Os certificados digitais serão utilizados por juízes e diretores do TRT da 12ª Região abrangendo todas as unidades judiciárias do TRT-SC. Os certificados digitais foram entregues em dezembro de 2004 e seguem o padrão e-CPF, adotado pela Receita Federal e que permitirá a assinatura eletrônica de documentos.

O Convênio faz parte de um projeto que prevê a publicação eletrônica de atos processuais. Além da economia dos recursos e de tempo com a expedição de correspondência, a assinatura digital garante a autenticidade, a integridade, a confidencialidade e a irretratabilidade do documento enviado. O cadastramento e a geração de certificados foram iniciados em dezembro de 2004, objetivando alcançar todas as unidades judiciárias de Santa Catarina.

## **DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO TRT da 12ª REGIÃO**

O Diário Oficial Eletrônico do TRT da 12ª Região, foi instituído pela Portaria PRESI/CR 003, de 27 de julho de 2005, com o objetivo de publicar todos os atos administrativos e judiciais do Tribunal e de suas unidades judiciárias, e disponibilizar na rede mundial de computadores, a Internet, através do endereço [www.trt12.gov.br](http://www.trt12.gov.br).

O Projeto do Diário Oficial Eletrônico do TRT da 12ª Região, elaborado pela Secretaria de Informática, apresentado no dia 1º de julho de 2005, foi desenvolvido e implantado em etapas.

Em 16 de agosto de 2004, o TRT de Santa Catarina implantou e deu início à publicação da primeira fase do Diário Oficial Eletrônico, visando substituir as intimações expedidas pelas Varas do Trabalho aos procuradores das partes, pela publicação da intimação no Diário Oficial Eletrônico. Além das intimações dos procuradores, serão publicados editais e portarias de 1ª Instância e num segundo estágio todos os de 2ª Instância.

Com o **Sistema de Intimação Eletrônica** houve uma diminuição considerável com gastos em correio e números de vias das intimações, agilização dos processos, maior segurança das partes, recebimento antecipado das intimações pelos procuradores das partes, previamente cadastrados sem redução de seu prazo, padronização de procedimentos internos das unidades judiciárias e avanços na direção da substituição segura do meio físico para o processo digital.

O Diário Oficial Eletrônico, juntamente com o peticionamento eletrônico, passaram a ser dois dos mais modernos instrumentos de comunicação judicial oriundos da parceria entre advogados,

OAB e TRT na busca de um sistema judiciário mais rápido, mais eficiente e mais simples.

## **ATIVIDADES**

### **COMEMORAÇÃO DIA DA CIDADANIA E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM TUBARÃO**

Com o intuito de promover a cidadania e aproximar o cidadão do judiciário, o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, no dia 5 de outubro de 2004, deslocou a 2ª Turma de Julgamento e o Núcleo Experimental de Conciliação de Processos de 2ª Instância para a cidade de Tubarão.

Foram realizadas várias sessões de julgamento com processos das Varas de Tubarão e Criciúma, e audiências conciliatórias assistidas por professores e alunos do Curso de Direito da Unisul. A 2ª Turma presidida pelo Juiz Carlos Alberto Godoy Ilha, apreciou 33 processos e no Núcleo de Conciliação foram realizadas 18 audiências conciliatórias. Os acadêmicos foram beneficiados com a iniciativa, pois tiveram a oportunidade de acompanhar as fases de um julgamento: o início, a sustentação oral, o relatório, o voto e a conclusão final dos juízes.

Entre as atividades do evento foram realizadas audiências públicas e conciliatórias de 2º grau e sessões de julgamentos das Varas do Trabalho dos municípios de Imbituba, Araranguá, Criciúma e Tubarão. Além das audiências, foram prestados serviços, orientações pedagógicas e aulas práticas aos acadêmicos da UNISUL sob a coordenação da presidente do TRT, Águeda Maria Lavorato Pereira e o vice-presidente, Jorge Luiz Volpato.

Ainda em comemoração ao Dia da Cidadania foram entregues mais de 200 cartilhas educativas "*Você conhece a Justiça do Trabalho de SC?*" para alunos da 5ª série do Colégio Dehon, na cidade de Tubarão.

### **TURMAS DE JULGAMENTO PARA CANOINHAS**

A convite da Universidade do Contestado, Campus de Canoinhas, o TRT realizou no dia 8 de novembro de 2005, o deslocamento da 1ª e 2ª Turmas para realizar sessão de julgamento de processos originários daquela região que se encontravam em grau de recurso. As sessões foram realizadas no auditório do Santa Catarina Plaza Hotel em dois períodos. A 1ª Turma composta pelos juízes Marcus Pina Mugnaini, Viviane Colucci, Lourdes Dreyer e Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira realizou sessão no período da tarde, tendo sido incluídos 16 processos em pauta. A 2ª Turma constituída pelos juízes Marta Maria Villalba Fabre, Geraldo José Balbinot, Sandra Marcia Wambier e José Ernesto Manzi realizou sessão no período da noite, julgando 16 processos.

## **DESCENTRALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS**

Foram realizadas no dia 12 de maio de 2005, no município de Palhoça, as primeiras audiências trabalhistas referentes a ações ajuizadas na 1ª Vara do Trabalho de São José. A iniciativa fez parte de um Programa de Descentralização de Audiências promovido pela administração do TRT catarinense, como forma de facilitar o acesso da população à Justiça Trabalhista.

A sala adaptada da Secretaria Municipal recebeu, a partir das 14h, as partes e advogados envolvidos nas ações trabalhistas. Foram oito audiências presididas pelo juiz Roberto Basilone Leite, titular da 1ª Vara Trabalhista de São José. As duas Varas de São José realizaram dezesseis sessões, oito para cada Unidade Judiciária. A descentralização dessas audiências beneficiou os autores e réus residentes nos municípios de Palhoça, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio, que fazem parte da jurisdição das Varas Trabalhistas de São José.

## **PROJETOS SOCIAIS (CIDADANIA)**

### **CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região sob a coordenação do Serviço de Documentação - Setor de Biblioteca e em parceria com a CEF, AMATRA 12, CENACULT, SINTRAJUSC e AJUT, realizou a campanha: "**Cidadania e Educação**" com o objetivo de arrecadar material escolar em prol da Comunidade Chico Mendes. A doação foi entregue no dia 10 de março de 2004, com a presença de representantes das entidades colaboradoras.

### **DOAÇÃO DE PAPEL**

Na tarde do dia 28 de setembro de 2004, o TRT através do Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos - SEDIG, doou à ONG Moradia e Cidadania de Florianópolis o equivalente a 1.245 Kg de papel originados pelo descarte dos Diários da Justiça de Santa Catarina dos anos de 1981 a 2002, Diários da Justiça e Diários Oficiais da União Seções I, II e III do ano de 2002, que integravam o acervo do Setor de Biblioteca deste Regional.

### **CAMPANHA DE DOAÇÃO DE PRESENTES - NATAL 2004**

No dia 15 de dezembro de 2004, foi realizada a comemoração e confraternização natalina no saguão do TRT com a presença de

servidores, juizes e seus dependentes. Em meio ao cenário preparado minuciosamente, com árvore de natal, carrinho de pipoca, picolés, refrigerantes o evento teve apresentação teatral e a presença do Papai Noel. Foram distribuídos balas, chocolates, doces, picolés. Na seqüência, a juíza presidente do TRT, Águeda Maria Lavorato Pereira, realizou a entrega simbólica dos presentes arrecadados através da campanha de doação, que envolveu a solidariedade de juizes e servidores do TRT. Coordenada pela ASCOM a Campanha contemplou as entidades: Centro de Educação e Treinamento Esperança, Casa Lar para crianças e adolescentes, Creche Vinde a Mim as Criancinhas, Lar Recanto do Carinho, GAPA e Seara dos Pobres. O evento foi encerrado com apresentação musical.

### **PROGRAMA AÇÃO SOLIDÁRIA - DOAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES**

O Programa "Ação Solidária" consiste na doação de equipamentos de informática em linha de substituição para instituições de ensino e instituições beneficentes. O Programa está fundamentado na regulamentação da Lei n.º 8.666/93 e, no âmbito interno do TRT, pela Portaria PRESI n.º 311/99.

Em 22 de julho de 2004, foram doados 6 (seis) microcomputadores para a Orionópolis Catarinense, em São José. A senhora Telma Mara de Souza Duarte representou a entidade e falou sobre a Orionópolis, que é uma entidade sem fins lucrativos e abriga atualmente, 70 internos entre idosos e portadores de deficiência mental e física.

### **PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/BB-EDUCAR**

Com intuito de promover e incentivar ações de Cidadania e Responsabilidade social, o TRT da 12ª Região firmou convênio de cooperação mútua com o Banco do Brasil, em 24 de agosto de 2004, para implantar o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - BB-EDUCAR, gerenciado pela Fundação Banco do Brasil, que consiste na formação de alfabetizadores que assumem o compromisso de constituir Núcleos de Alfabetização nas comunidades em que atuam. O Programa destina-se a jovens e adultos não alfabetizados, a partir de 14 anos, sem limite máximo de idade.

### **CAFÉ COM A PRESIDENTE**

A Presidente do TRT, Águeda Maria Lavorato Pereira, instituiu, no mês de agosto de 2004, o programa: Café com a Presidente, por ela patrocinado. Durante sua gestão, a juíza Águeda, visitou vários setores do TRT e inúmeras unidades judiciárias. Foram reuniões informais com os Servidores do Tribunal e das

Varas Trabalhistas, nas quais a presidente buscou estreitar a relação pessoal entre a Administração e os administrados.

### **PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO INTERIOR - PASI**

O Programa de Assistência aos Servidores do Interior - Pasi é modelo para outras instituições, uma vez que oferece aos magistrados, servidores e seus dependentes das Varas Trabalhistas do interior, a assistência médico-odontológica através do deslocamento de profissionais e do odontomóvel.

### **PROGRAMA DE VISITAÇÃO PÚBLICA**

O Programa de Visitação Pública coordenado pelo Serviço de Capacitação e Desenvolvimento, recebeu durante esta Gestão administrativa 1.482 acadêmicos do Curso de Direito de diversas instituições do Estado.

Os alunos foram recepcionados pelos instrutores internos do TRT catarinense e tiveram a oportunidade de conhecer o Tribunal (sua estrutura e composição) de uma forma interativa e pedagógica além de acompanhar sessões de julgamento nas Turmas.

Figuram no rol de instituições de ensino superior que participaram do Programa neste período: a CESUSC, UNESC (Criciúma) UNOESC, UNISUL, UNIVALI, UNIVILLE, FURB, FDJ, UNIASSELVI, UNERJ, UNC, UNIPLAC, UNERJ, UNIDAVI, e Estácio de Sá.

### **PROGRAMA DE ESTÁGIO**

No período de 18 de março de 2004 a 15 de março de 2006, o Programa de Estágio do TRT catarinense recebeu 90 alunos de ensino superior e 4 alunos de ensino médio.

Através do Convênio mantido com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC, o TRT seleciona estudantes dos cursos de Informática, Eletrônica e Telecomunicações com ênfase em Redes, para o preenchimento de vagas para estágio nessas áreas. A habilitação para realização do estágio junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região é realizada mediante seleção pública na forma de edital, disponível na página do TRT.

### **PROGRAMA TRT AMBIENTAL**

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, instituiu através da Portaria n.º 453, de 10 de junho de 2005, o programa TRT Ambiental. Inspirado nos termos do Artigo 225 da Constituição Federal, o programa

pretende incentivar mudanças de comportamento entre juízes e servidores, visando o uso racional de materiais e de recursos naturais disponíveis, com a redução da produção de resíduos e a sua adequada destinação. Entre outros objetivos, o programa também prevê a definição de critérios ambientais que nortearão as compras de materiais, privilegiando, quando possível, fornecedores e produtores cujos produtos incluam diferencial de ecoeficiência (rotulagem ambiental).

A implementação e o desenvolvimento do Programa TRT Ambiental está sendo conduzido pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental.

O Programa de Reciclagem de Lixo na Justiça do Trabalho integra o Programa TRT Ambiental e foi lançado oficialmente em solenidade realizada no dia 15 de setembro de 2005, no saguão do TRT. A Comissão Permanente de Gestão Ambiental do TRT implantou a "coleta seletiva de resíduos recicláveis", com a distribuição de lixeiras coloridas em todas as Unidades Judiciárias em funcionamento, a fim de selecionar o tipo de material descartado.

## **PROGRAMA GINÁSTICA LABORAL**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região por meio do Serviço de Assistência aos Servidores (SASER), da Secretaria de Recursos Humanos (SERHU) e do Núcleo Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NESMT), tem desenvolvido várias ações e atividades que visam à Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida de seus servidores. No dia 18 de julho de 2005 foi implantado neste TRT o Programa de Ginástica Laboral, destinado aos servidores do TRT. A Ginástica Laboral é uma atividade que apresenta vários benefícios: combate o sedentarismo, estresse e ansiedade, promove a sensação de disposição e bem estar para o trabalho, estimula a prática de um estilo de vida saudável, auxilia na prevenção de algumas doenças relacionadas ao trabalho, melhora o relacionamento interpessoal e favorece o relacionamento social e o trabalho em equipe.

## **CONVÊNIOS**

### **PROGRAMA JUSTIÇA DO TRABALHO NA TV**

O Tribunal Regional do Trabalho e a Rede Record de Santa Catarina firmaram convênio para a veiculação do programa **Justiça do Trabalho na TV**, em canal aberto, para todo o Estado de Santa Catarina. O programa estreou no domingo, dia 11 de julho de 2004 às 10 horas, com entrevista da presidente do TRT catarinense, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira. A Assessoria de Comunicação é responsável por toda a produção do programa que tem duração de 30 minutos e é composto por dois quadros,

um de entrevista e outro de perguntas e respostas, divididos em três blocos. Na TV Record o programa será exibido através do canal 6, em Florianópolis, canal 10, em Itajaí e canal 03, em Xanxerê, sempre aos domingos, às 10h.

## **CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - CESUSC e FESAG (ÚNICA)**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região firmou convênio com a Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência - FESAG (ÚNICA) e com a Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis (CESUSC), com o objetivo de estabelecer cooperação em atividades voltadas para o intercâmbio de experiências nas áreas científica, técnica e cultural, bem como atividades de ensino, pesquisa, extensão e de formação pessoal. O convênio prevê, ainda, a concessão de desconto no valor das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação para magistrados, servidores e seus dependentes, assim considerados os cônjuges, filhos, companheiros e enteados.

## **CONVÊNIO COM A RECEITA FEDERAL**

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina aderiu, juntamente com os demais 23 TRT's do país, ao convênio celebrado em 14 de junho de 2004 entre a Secretaria da Receita Federal (SRF) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que objetiva o intercâmbio de informações de interesse recíproco. O convênio trata especificamente da rotina de cálculo do Imposto de Renda devido na fonte por meio do chamado Sistema Único de Cálculos da Justiça do Trabalho (SUCJT). De acordo com o convênio a SRF fornecerá ao TST e aos TRT's, mediante acesso *on line* às bases de dados dos sistemas Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou por qualquer outra forma ao alcance das possibilidades técnicas da Receita Federal, um expressivo conjunto de informações cadastrais, desde que indispensáveis às atividades de suas competências. O acesso será possível mediante credenciamento de servidores do TST e dos Regionais no Sistema de Entrada e Habilitação - SENHA da SRF, observadas as normas pertinentes à segurança das informações. Em contrapartida os Tribunais fornecerão à SRF informações sobre os processos judiciais tais como nome das partes, tipo de ação, valor final apurado, valor dos honorários periciais, valor da efetiva execução, inteiro teor das decisões de 1º e 2º graus, entre outras.

## **CESSÃO DE ÁREA EM JOINVILLE PARA O FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**



O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina celebrou, no dia 13 de outubro de 2004, o contrato de cessão da área de 195m<sup>2</sup>, localizada no prédio de propriedade deste Regional em Joinville, à rua Príncipe, n.º 31, para o funcionamento da sub-sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, naquela cidade. Na oportunidade estavam presentes os juízes Águeda Maria Lavorato Pereira, presidente, Jorge Luiz Volpato, vice-presidente, Licélia Ribeiro, corregedora, Geraldo José Balbinot, juiz do TRT, e a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, Marilda Rizzatti. Compareceram também como testemunhas os servidores Jaime Côrrea do Bonfim, secretário regional da PRT, Carlos Augusto Kindlein, diretor-geral e Theodoro Carlos do Livramento Dücker, diretor da Secretaria Administrativa deste Regional.

## **MUTIRÕES**

### **MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO E CIDADANIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

A partir de 2004, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região passou a integrar ativamente o Projeto "Mutirões da Cidadania", do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. A integração ficou acertada na visita realizada pela presidente do TRT, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, e pelo vice-presidente, juiz Jorge Luiz Volpato, ao Desembargador Jorge Mussi presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Os Mutirões da Cidadania foram realizados em várias regiões de Santa Catarina e contou com a participação efetiva da Administração do TRT, dos seus Juízes e servidores, das Varas envolvidas bem como de representantes de alguns Sindicatos e da OAB das respectivas regiões.

### **MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO E CIDADANIA DE BLUMENAU**

O primeiro Mutirão de Conciliação e Cidadania da Justiça do Trabalho, foi realizado nos dias 31 de julho a 1º de agosto de 2004, na cidade de Blumenau onde milhares de ações que tramitavam na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho entraram em uma pauta especial para tentativa de acordo. As partes foram previamente convidadas a comparecer com dia e hora marcados, para, na presença de um conciliador, buscar uma solução amigável do seu processo. Os acordos foram homologados pelos Juízes presentes.

### **MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO E CIDADANIA DE LAGES**

Nos dias 15 e 16 de outubro de 2004, o Mutirão de Conciliação e Cidadania, foi realizado no Foro Trabalhista de Lages,

envolvendo processos das Varas Trabalhistas de Lages e Curitibaanos.

Mais de mil pessoas entre partes e advogados participaram do Mutirão em Lages.

Foram compostas nove mesas: sete mesas para conciliação de processos de primeiro grau e duas mesas para os de segundo grau. Na 1ª Vara do Trabalho de Lages foram compostas três mesas e apreciados um total de 180 processos. Na 2ª Vara foram apreciados 200 processos nas três mesas instaladas. Nas mesas de conciliação de 2º grau foram apreciados 63 processos e na mesa da Vara do Trabalho de Curitibaanos 62 processos. Na ocasião, o Balcão do Cidadão forneceu esclarecimentos à população acerca do funcionamento da Justiça do Trabalho, disponibilizando os serviços de ouvidoria e dando orientações nas áreas médica e odontológica.

## **MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO E CIDADANIA DE CRICIÚMA**

Em 2005, nos dias 3 e 4 de junho, o TRT realizou o Mutirão de Conciliação e Cidadania em Criciúma abrangendo todos os municípios da Região Carbonífera.

Dos 500 processos trabalhistas e inúmeras audiências realizadas durante o Mutirão da Conciliação da Justiça do Trabalho, pelo menos, 70% foram encerrados com a homologação de acordo entre as partes.

Doze estandes foram montados no Centro de Eventos Maximiliano Gaidzinski, que recebeu 20 juízes de todo o Estado para amenizar o problema em Criciúma.

Paralelo ao evento foi realizada a arrecadação de doativos para a Campanha do Agasalho na qual a instituição: Bairro da Juventude, de Criciúma, foi beneficiada com as doações.

### **NÚCLEO EXPERIMENTAL**

## **NÚCLEO EXPERIMENTAL DE CONCILIAÇÃO DE PROCESSOS DE 1ª E 2ª INSTÂNCIA**

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina instituiu, em julho de 2004 o Núcleo Experimental de Conciliação de Processos em Segunda Instância com o objetivo de estabelecer uma tentativa de composição dos processos remetidos pelas Varas do Trabalho com recursos ordinários e agravos de petição que se encontravam sob a competência da Presidente do TRT, Águeda Maria Lavorato Pereira. Inicialmente foi realizada uma triagem dos processos, para posterior inclusão em pauta e realização da audiência conciliatória. As partes e seus advogados foram notificados para comparecerem a audiência, realizada no próprio TRT, com dia e hora previamente marcados. A adesão foi espontânea, com as partes ou advogados manifestando seu interesse em participar das audiências para tentar o acordo, através de petição dirigida à presidência do TRT.

## **BRUSQUE**

A Presidente do TRT, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, participou no dia 20 de julho de 2004, em Brusque, da primeira audiência conciliatória realizada em função do Núcleo de Conciliações de 1ª e 2ª Instâncias. Desta forma, a homologação do acordo entre representantes do Sindicato dos Bancários e do Banco do Brasil, foi assistido e coordenado pela juíza do Trabalho, Desirré Dorneles de Ávila Bollmann, na Vara do Trabalho de Brusque. A ação de número 393 de 1988, estava em trâmite há 17 anos no Tribunal Superior do Trabalho, e somente no dia 19 de julho de 2004 teve autorização para ser apreciada. Na ocasião, 36 funcionários do Banco do Brasil estavam inscritos na ação, que resultou no acordo homologado pela Justiça do Trabalho.

Mais 74 processos oriundos da Vara do Trabalho de Brusque, e com agravo de petição interpostos pelo INSS, foram conciliados com a característica do ineditismo por envolver entidade autárquica. Nas demais audiências realizadas, mais cinco acordos foram ultimados em processos onde o Banco do Brasil figurava como parte. De acordo com a juíza Desirré, "essa é uma iniciativa inédita, que mostra a disposição e o empenho do TRT e da juíza Águeda, principalmente, por incentivar a conciliação entre as partes".

## **ITAJAÍ**

Em 20 de julho de 2004, a presidente do TRT, acompanhou audiência do mesmo teor, no município de Itajaí, onde também foi realizado acordo entre o Sindicato dos Bancários de Itajaí e o Banco do Brasil, envolvendo mais de 200 bancários.

## **3ª VT DE JOINVILLE**

O Núcleo Experimental de Conciliação de Processos de 2ª Instância do TRT/SC realizou no dia 05 de novembro de 2004, na 3ª Vara do Trabalho de Joinville, audiência para tentativa de conciliação. Foram colocados em pauta 137 processos que tramitavam no TRT em grau de Recurso e 95 Ações Trabalhistas ainda pendentes de julgamento na primeira instância, em que figura como reclamada a empresa Multibrás Eletrodomésticos S/A. As audiências foram conduzidas pela presidente do TRT, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira e pelo juiz Reinaldo Branco de Moraes.

## **MAFRA**

No dia 6 de dezembro de 2004, o Núcleo Experimental de Conciliação de Processos em 2ª Instância do TRT, realizou uma audiência para tentativa de conciliação em processos oriundos da Vara do Trabalho de Mafra. Atuaram como conciliadores a juíza Águeda Maria Lavorato Pereira e os juízes do Trabalho

Reinaldo Branco de Moraes e Hélio Bastida Lopes. 190 processos integraram a pauta especial, sendo ações pendentes de julgamento em primeira instância ou processos que tramitavam no próprio TRT em grau de Recurso, além de outros Processos que aguardam decisão do TST, nos quais as empresas reclamadas são a Rede Ferroviária Federal ou a ALL - América Latina Logística do Brasil.

#### **JOINVILLE**

A presidente do TRT catarinense, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, presidiu em 20 de abril de 2005 na cidade de Joinville, a audiência de conciliação realizada pelo Núcleo Experimental de Conciliação de Processos em 2ª Instância. A audiência conciliatória processual e extra-processual envolveu a empresa Multibrás Eletrodomésticos S/A. e cerca de 500 empregados.

#### **4ª VT DE JOINVILLE**

Realizou-se dia 3 de maio de 2005 na 4ª Vara do Trabalho de Joinville, mais uma audiência envolvendo os processos que têm como reclamadas as empresas do Grupo BRAKOFIX, INTERFIBRA E CIPLA. Um acordo realizado em dezembro de 2004, com a intervenção do Núcleo Experimental de Conciliação de Processos em Segunda Instância, resultou na reunião de aproximadamente 300 processos e mais a autuação por dependência de outras 100 reclusórias trabalhistas ajuizadas contra as referidas empresas. Naquele acordo também ficou estabelecido que haveria a nomeação de um administrador para apresentar a documentação e as informações necessárias à execução conjunta. Com o descumprimento desta última parte do acordo, a presidente do TRT catarinense, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira comunicou o afastamento do Núcleo Experimental de Conciliação de Processos das negociações.

#### **SÃO JOSÉ**

Nos dias 14 e 15 de outubro de 2005 o Mutirão da Conciliação foi realizado no Ginásio de Esportes localizado no centro histórico de São José. Cerca de dez mesas funcionaram na busca da conciliação dos 550 processos inscritos. Foram convidadas as partes de quinhentos processos de 1ª instância e 50 processos do Tribunal, originários de São José. Muitos desses processos foram incluídos na pauta de conciliação a pedido das próprias partes.

#### **INAUGURAÇÕES**

## **CENTRAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

No dia 7 de março de 2005 foi instalada no Foro Trabalhista de Lages, a primeira Central de Cálculos da Justiça do Trabalho. Criada para agilizar a elaboração dos cálculos de atualização e liquidação, a Central vai se dedicar aos processos que tramitam nas duas Varas do Trabalho da localidade, que atendem, além da sede, os municípios de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema, que completam a jurisdição.

## **CENTRAL DE MANDADOS DO FORO TRABALHISTA DE SÃO JOSÉ**

Foi instalada no dia 02 de maio de 2005, a Central de Mandados do Foro Trabalhista de São José, com a presença dos juizes Roberto Basillone Leite, Diretor do Foro, Teresa Regina Cotosky, Adailto Nazareno Degering e Luciana Caringi Xavier, bem como dos oficiais de justiça e demais servidores das Varas e do Serviço de Distribuição daquela cidade. Os serviços da Central de Mandados estão regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 01/2005, assinada pelos juizes de São José e aprovada pela juíza corregedora, Licélia Ribeiro, (nos termos do ofício CR n.º 163 de 15-04-2005). A central de mandados, que congrega todos os serviços prestados pelos analistas judiciários/executantes de mandados vinculados às Varas do Trabalho de São José, se insere na linha de atuação política do Tribunal dirigida para a busca constante da melhor qualidade do serviço jurisdicional, tendo em vista a racionalização e a uniformização do cumprimento dos mandados dentro da extensa jurisdição de São José. A central já se encontra em pleno funcionamento em sala própria, totalmente equipada, situada no segundo andar do prédio do Foro Trabalhista de São José e está vinculada administrativamente ao Serviço de Distribuição dos Feitos de Primeira Instância, tendo como secretário Germano Francisco Rosa e sob as orientações do Juiz Coordenador, função exercida pelo juiz Diretor do Foro.

## **CENTRAL DE MANDADOS DO FORO TRABALHISTA DE CHAPECÓ**

Em 13 de maio de 2005, foi instalada a Central de Mandados do Foro Trabalhista de Chapecó, criada pela Portaria n.º 002/2005, assinada pela juíza diretora do Foro, Vera Marisa Vieira Ramos. Estiveram presentes à solenidade de instalação os juizes Carlos Frederico Fiorino Carneiro, juiz da 2ª Vara do Trabalho no exercício da Direção do Foro, e Rodrigo Goldschmidt, da 1ª Vara do Trabalho, bem como os servidores das Varas e do Serviço de Distribuição daquele Foro.

## **ESCOLA JUDICIAL E DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA**

A Escola Judicial e de Administração Judiciária do TRT de Santa Catarina foi instituída pela RA n.º 89, de 14 de julho de 2005.

No dia 10 de outubro de 2005, a presidente do TRT catarinense, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, e a juíza-diretora da Escola Judicial e de Administração Judiciária do TRT/SC, Ligia Maria Teixeira Gouvêa, convidaram os juízes e servidores para a palestra da Escola Judicial e de Administração Judiciária com uma palestra proferida pelo ministro Gelson de Azevedo que falou sobre: "A autonomia do juiz no século XXI".

A Escola Judicial e de Administração Judiciária do TRT, realizou no período de 14 a 16 de dezembro de 2005, no auditório do TRT, o "Curso de Preparação Inicial e de Aperfeiçoamento para os Juízes e Servidores do Tribunal".

## **PROJETO DE ENSINO A DISTÂNCIA**

Inaugurado em 18 de novembro de 2005, no auditório do TRT, o objetivo primordial do Projeto de Ensino à Distância (Rompendo Distâncias) é disponibilizar essa ferramenta educacional no âmbito do TRT 12ª Região a fim de oferecer e ampliar as alternativas de capacitação, atualização e aperfeiçoamento profissional dos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho. Após a apresentação do Projeto foi ministrada a Palestra: "As novas tendências de educação a distância", com Antonio Luiz Schuch, Gerente Regional da Macromedia para a América do Sul, com MBA pela Business School - São Paulo, com mais de 20 anos de experiência no segmento de tecnologia de informação (TI) e com ampla experiência na implantação de soluções que permitem a seus usuários extrair o máximo benefício do novo estágio da Internet - a Internet Rica.

## **INSTALAÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO CRIADAS PELA LEI n.º 10.770/2003**

A inauguração da 2ª VT de Balneário Camboriú, no dia 14 de dezembro de 2004, iniciou o cronograma de instalação das 10 novas Varas do Trabalho, criadas pela Lei n.º 10.770/2003 e destinadas à Justiça do Trabalho catarinense.

A 2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú foi instalada no dia 14 de dezembro de 2004. (Autorizada pela RA n.º 65, de 05 de julho de 2004 e prevista na Portaria GP n.º 652, de 02 de dezembro de 2004).

A 2ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul foi instalada no dia 20 de maio de 2005. (Portaria GP n.º 355, de 03 de maio de 2005).

A 3ª Vara do Trabalho de Itajaí foi instalada no dia 17 de junho de 2005. (Portaria GP n.º 425, de 1º de junho de 2005).

A 2ª Vara do Trabalho de Rio do Sul foi instalada no dia 18 de agosto de 2005. (Autorizada pela Portaria Presi/CR n.º 004, de 12 de agosto de 2005).

A Vara do Trabalho de Fraiburgo instalada em 07 de outubro de 2005, incorporou a então Unidade Judiciária Avançada - UJA desse Município. (Portaria GP n.º 782, de 23 de setembro de 2005).

A 5ª Vara do Trabalho de Joinville foi instalada em 26 de outubro de 2005. (Portaria Presi/CR n.º 006, de 28 de setembro de 2005).

A 4ª Vara do Trabalho de Blumenau foi instalada em 8 de dezembro de 2005. (Portaria Presi/CR n.º 008, de 16 de novembro de 2005).

A Vara do Trabalho de Timbó, foi instalada no dia 16 de dezembro de 2005. (Instituída pela RA n.º 100, de 8 de agosto de 2005, que autorizou a transferência da 5ª VT de Blumenau para alocação e funcionamento no Município de Timbó).

A 3ª Vara do Trabalho de Criciúma foi instalada em 19 de dezembro de 2005. (Portaria Presi/CR n.º 009, de 23 de novembro de 2005).

A 3ª Vara do Trabalho de São José foi instalada em 09 de março de 2006. (Instituída pela RA n.º 102, de 8 de agosto de 2005 que autorizou a transferência da 2ª VT de Xanxerê para alocação e funcionamento da 3ª VT de São José).

A instalação da Unidade Judiciária Avançada - UJA de Palhoça foi autorizada pela RA n.º 102, de 8 de agosto de 2005.

Com a instalação dessas 10 (dez) Varas do Trabalho e mais as 44 já existentes, o TRT Catarinense passou a ser composto de 54 Varas do Trabalho e a Unidade Judiciária Avançada - UJA de Palhoça.

## **EVENTOS E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO**

### **FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO E PLANEJAMENTO DO TRT DA 12ª REGIÃO**

Em 16 de agosto de 2004, a Presidência do TRT divulgou a PORTARIA GP n.º 394, de 13 de agosto de 2004, que instituiu o Fórum de Participação e Planejamento do TRT da 12ª Região, com o objetivo de: a) ser um espaço de participação de diálogo e de debates a respeito de assuntos de relevante interesse para a Instituição; b) facilitar, estimular e consolidar a prática de uma administração participativa, democrática e de atuação coletiva; c) auxiliar a administração do TRT na gestão de recursos orçamentários e humanos. Juízes, servidores e representantes da AMATRA, SINTRAJUSC, AJUT e outros segmentos integram o Fórum, na condição de membros participantes permanentes.

O TRT promoveu nos dias 9 e 10 de setembro de 2004, o 1º Encontro dos Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho e dos Serviços de Distribuição dos Feitos de 1ª Instância, com o objetivo de discutir a uniformização de procedimentos administrativos e judiciários.

#### **ENCONTRO DE CALCULISTAS**

Nos dias 17 e 18 de outubro de 2004 foi realizado o 1º Encontro de Calculistas do TRT da 12ª Região, evento promovido pela Secretaria da Corregedoria e que contou com a participação de 45 servidores responsáveis pelos cálculos, nas Varas Trabalhistas do TRT catarinense.

Nos dias 25 e 26 de agosto de 2005, quarenta e seis servidores que atuam na área de cálculos da Justiça do Trabalho catarinense, participaram do 2º Encontro dos Calculistas do TRT da 12ª Região, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho. O evento foi aberto pela juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, que salientou a importância da interação dos servidores com os juízes do Trabalho substitutos empossados no dia 22 de agosto, que também participaram de toda a programação.

#### **VIII SEMANA DA SAÚDE DESTACA O ESPORTE**

No período de 18 a 22 de outubro de 2004 o TRT através do Serviço de Assistência aos Servidores - SASER realizou a VIII Semana da Saúde.

Evidenciando o tema Esporte e Saúde no Judiciário foi lançado o Projeto Judisporte, que tem como objetivo o combate ao sedentarismo e à suas conseqüências.

Durante a VIII Semana da Saúde os servidores e magistrados tiveram a oportunidade de participarem das aulas de ginástica, aikido, yoga, dança, além das oficinas de sanduíches e vitaminas, palestras e workshops.

Durante toda a semana foram realizados exames de condicionamento físico, glicemia, nicotina, massa de gordura



corporal, colesterol, teste de hepatite C, inclusive orientações sobre vacinas.

As doações de sangue foram encaminhadas ao Banco de Sangue do Hospital Universitário de Santa Catarina.

No dia 22 de outubro de 2004, dentro da programação da VIII Semana da Saúde, foi realizada, no auditório deste Tribunal, a palestra "Assédio moral", ministrada pelo médico do Trabalho Roberto Ruiz. Na garagem, os professores da Academia Superação deram aula de *Body Balance*. Segundo informou Evandro Luiz Silva, diretor do Serviço de Assistência aos Servidores - SASER, foram feitas durante a Semana 67 massagens de *shiatsu* - massagem relaxante, 120 exames de checagem de condicionamento físico, 510 exames de glicemia colesterol e sinais vitais, 50 de nicotina - teste bafômetro, 110 testes hepatite C, 100 participações de aulas de academia, 147 em palestras e 48 doações de sangue. As atividades foram encerradas com a apresentação de um clipe com os melhores momentos da Semana. Após o término das atividades o vídeo foi novamente exibido, através da rede interna deste Regional.

No período de 18 a 22 de outubro de 2004, em comemoração a VIII Semana da Saúde, o Serviço de Assistência aos Servidores - SASER levou atendimento odontológico à 62 crianças da Casa da Criança do Morro da Penitenciária (Organização Não-Governamental (ONG), sem fins lucrativos e de caráter beneficente).

### **III SIMPÓSIO DO TRT DA 12ª REGIÃO**

O III Simpósio do TRT da 12ª Região, foi realizado nos dias 11 e 12 de novembro de 2004 com o tema: "Questões de Direito Constitucional do Trabalho", no auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina. A abertura contou com a presença da juíza Ione Ramos, no exercício da Presidência do TRT de Santa Catarina. Logo após, os trabalhos foram iniciados com um painel abordando o tema "Aplicação dos Princípios Constitucionais", enfocando as possibilidades e limites, conceito e funções, o papel decisório do juiz no contexto brasileiro de jurisdição constitucional e a juridicidade dos princípios. O painel foi apresentado pelo publicista Ruy Samuel Espíndola e pelos professores Cláudia Maria Barbosa e Mauro Menezes. Na seqüência, teve a palestra da juíza federal do Estado do Rio de Janeiro, Salete Maria Polita Maccalóz, que falou sobre a importância do trabalho e do seu agente para o desenvolvimento da liberdade.

### **I FÓRUM POPULAR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Nos dias 2 e 3 de dezembro de 2004, foi realizado nas dependências do TRT o I Fórum Popular da Justiça do Trabalho

com a Temática: "Contra a Discriminação dos Portadores de Doenças Crônico-Degenerativas".

O Fórum reuniu profissionais e entidades ligadas ao tratamento e assistência aos portadores de doenças além de entidades representativas do meio médico, jurídico e do poder legislativo entre outros, para debater as questões que envolvem a discriminação e apontar possíveis soluções para garantir um tratamento digno aos portadores de doenças crônico-degenerativas.

O evento aberto à população teve como temática os problemas e soluções possíveis para os portadores de doenças graves crônico-degenerativas. Após a abertura, realizada pela presidente do TRT, foi apresentado o vídeo "Quanto vale a vida?", realizado a partir de depoimentos de portadores de doenças e de especialistas na área, pela Assessoria de Comunicação - ASCOM e pelo servidor Caio Teixeira, responsável pela pesquisa, roteiro e direção. A programação trouxe vários painéis, abordando desde a discriminação dos portadores de doenças graves, assédio moral, preservação e proteção da intimidade e da vida privada, a dor e seu enfrentamento, e as soluções legislativas para a não discriminação. Entre os painelistas presentes o oncologista clínico Marcelo Collaço, e a psiquiatra do Hospital das Clínicas da USP, Dóris Hupfeld Moreno, o médico Marco Antônio Haberbeck Modesto, especialista em neuroradiologia diagnóstica e terapêutica em dor, a professora Ana Maria Pereira Nunes, da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC e gerente de Ética do Centro de Apoio ao Paciente com Câncer - CAPC, fez uma abordagem psicossomática. As atividades do Fórum foram encerradas com o painel "Direitos dos portadores de doenças graves crônico-degenerativas: proteção constitucional da intimidade e da vida privada", pelos Procuradores do Trabalho, Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, da 9ª Região e José Cláudio Monteiro de Brito Filho, da 8ª Região. Todos os questionamentos foram encaminhados por escrito, após a explanação de cada painel, e conduzidos pelos presidentes de mesa, Ione Ramos, Sônia Maria Ferreira Roberts, Vera Marisa Vieira Ramos e Hélio Bastida Lopes. O 1º Fórum Popular foi operacionalizado pela Secretaria de Recursos Humanos, Serviço de Capacitação e Desenvolvimento e Gabinete da Presidência deste Regional.

#### **IV SIMPÓSIO DO TRT DA 12ª REGIÃO**

Dias 05 e 6 de maio de 2005, teve início o IV Simpósio do TRT da 12ª Região com o tema: "Reforma do Judiciário e Suas Implicações na Justiça do Trabalho".

O TRT de Santa Catarina, numa iniciativa inédita para os órgãos do Poder Judiciário, transmitiu ao vivo para quase todas as unidades judiciárias do interior do Estado, de parte da programação do IV Simpósio do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, abordando a ampliação da competência da Justiça do trabalho. Pela primeira vez um Tribunal oportunizou aos

servidores lotados nas unidades do interior, a participação em um evento de capacitação realizado em sua sede, na Capital do Estado. A transmissão que foi viabilizada pela Assessoria de Comunicação Social do TRT e realizada em duas etapas.

Foram transmitidos os painéis: "Relação de Emprego X Relação de Consumo" e abordagem dos enfoques "A evolução do contrato de trabalho", apresentado pela professora Dorothee Susanne Rüdiger; "Critérios definidores da relação de trabalho e da relação de consumo", pelo professor José Affonso Dallegre Neto; e "Por que a Justiça do Trabalho também é competente para a relação de consumo?", pelo juiz do trabalho e professor Edilton Meirelles.

## **ENCONTRO DE ATENDENTES DE BALCÃO DAS VARAS TRABALHISTAS DA 12ª REGIÃO**

Nos dias 27 e 28 de junho de 2005, realizou-se o Encontro de Atendentes de Balcão das Varas Trabalhistas da 12ª Região.

Após a abertura, feita pela juíza corregedora Licélia Ribeiro, foi realizado o *workshop* "Excelência no Atendimento", ministrado pelo palestrante Rogério Francisco Silva e os instrutores internos Silvana Scharschmidt Carioni e Frederico Aguiar dos Santos abordaram os temas "Conhecimento processual" e "Comunicação com o jurisdicionado", respectivamente. No período da tarde as servidoras Clio Ferro Kalafatás e Fernanda Silva Destri, psicólogas do Serviço de Assistência aos Servidores, abordaram as "Questões psicológicas da atividade de atendentes de balcão". Cinquenta servidores de todo o Estado participaram do evento.

## **II ENCONTRO DE DIRETORES DE VARAS TRABALHISTAS E DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS DE 1ª INSTÂNCIA**

Nos dias 7 e 8 de julho de 2005, a juíza Licélia Ribeiro, Corregedora do TRT catarinense fez a abertura do **II Encontro de Diretores de Varas Trabalhistas e de Serviços de Distribuição dos Feitos de 1ª Instância**. Promovido pela Corregedoria e pelo Serviço de Capacitação e Desenvolvimento, o encontro teve como objetivo a uniformização de procedimentos e trocas de experiências bem sucedidas.

## **ENCONTRO DE RECURSOS HUMANOS E SAÚDE DA JUSTIÇA TRABALHISTA**

O TRT catarinense, por meio da Secretaria de Recursos Humanos sediou no período de 31 de agosto a 2 de setembro de 2005, o Encontro de Recursos Humanos e Saúde da Justiça Trabalhista, reunindo em Florianópolis representantes do TST e dos demais Tribunais Regionais do Trabalho.

O Evento objetivou conhecer e refletir sobre temas relacionados à gestão de pessoas bem como identificar as novas tendências na área e propiciar a troca de experiências entre os servidores da Justiça do Trabalho que atuam em subsistemas de recursos humanos: saúde, capacitação, promoção, legislação e cadastro. Durante o encontro foram apresentados os trabalhos desenvolvidos nos Tribunais participantes, na forma oral e através de painéis.

## **CURSO DE PREPARAÇÃO INICIAL AO CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

No período de 28 de novembro a 13 de dezembro de 2005, foi realizado o Curso de Preparação Inicial ao Cargo de Juiz do Trabalho Substituto, promovido pelo TRT de Santa Catarina, por meio da Escola Judicial e de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. O vice-presidente do TRT, juiz Jorge Luiz Volpato, e a corregedora, juíza Licélia Ribeiro, na abertura do curso, fizeram a apresentação da estrutura administrativa da Instituição. Em seguida, as juízas Ligia Maria Teixeira Gouvêa e Teresa Regina Cotoski, respectivamente diretora e vice-diretora da Escola, falaram sobre a administração judiciária do TRT e da própria Escola.

## **1º CICLO DE PREPARAÇÃO INICIAL E DE APERFEIÇOAMENTO PARA JUÍZES E SERVIDORES**

A Escola Judicial e de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região realizou no período de 22 e 23 de fevereiro de 2006, no auditório do TRT, o 1º Ciclo de Preparação Inicial e de Aperfeiçoamento para os juízes e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

A programação do evento foi dividida em dois conjuntos de palestras. As palestras de preparação inicial foram destinadas aos juízes em fase de vitaliciamento e as de aperfeiçoamento ao conjunto dos magistrados. Também participaram do 1º Ciclo servidores lotados em gabinetes de juízes do Tribunal e da área judiciária.

Os temas, focados no Direito Civil, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, priorizou temas jurídicos atuais e inaugurou a programação de 2006, totalizando 23 horas-aula ministradas por palestrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná. No bloco de palestras de preparação inicial participaram 13 juízes e no de aperfeiçoamento cerca de 80 juízes e servidores.

## **1º FÓRUM MULTIDISCIPLINAR SOBRE JUDICIÁRIO E MÍDIA**

Nos dias 15 e 16 de março de 2006 foi realizado no Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, o primeiro Fórum

Multidisciplinar sobre Judiciário e Mídia. Promovido pela Comissão Gestora de Comunicação do TRT. Organizado pelo Serviço de Capacitação e Desenvolvimento e Assessoria de Comunicação Social e com apoio da Comissão de Eventos do Tribunal, o Fórum Multidisciplinar Judiciário e Mídia foi o primeiro evento do TRT catarinense a ser transmitido via Internet.

## **PRIMEIRO CURSO DE ENSINO A DISTÂNCIA**

Em 02 de dezembro de 2005, o Projeto Rompendo Distâncias deu início ao primeiro curso feito na modalidade de ensino a distância. Promovido pelo Serviço de Capacitação e Desenvolvimento do TRT, este curso tem como objetivo ensinar aos participantes a utilização do Programa de Cálculo Trabalhista Rápido.

Trata-se de um sistema estabelecido pelo TST, concebido para proporcionar aos magistrados maior rapidez e confiabilidade na elaboração de cálculos trabalhistas, ensejando a produção transparente de dados para guiar as tentativas de acordo nos processos trabalhistas e permitir a prolação de sentenças líquidas.

O curso funciona na modalidade de vídeo conferência e o participante o realiza a partir de um computador de seu local de trabalho, no horário designado para a sua turma e representa a possibilidade de aproximação entre as unidades da Justiça do Trabalho de todo o Estado.

No primeiro dia, a atividade contou com 15 participantes por turma, em média, percebendo-se que a receptividade foi muito boa para o início do projeto. De acordo com os comentários dos participantes, que interagem com os instrutores pelo chat, a possibilidade de contato virtual ao vivo com os colegas enriqueceu o treinamento e aproximou os alunos dos professores.

O curso aborda os seguintes tópicos: instalação do sistema de cálculo rápido; realização do cálculo rescisório padrão ou somente das verbas desejadas; impressão dos resultados e atualização tabelas auxiliares.

## **POSSE DE JUÍZES DO TRT**

No dia 29 de setembro de 2004 a juíza **Sandra Márcia Wambier** foi empossada no cargo de juiz togado do TRT da 12ª Região. Nomeada mediante promoção pelo critério de antigüidade, por meio do Decreto de 13 de setembro de 2004, a juíza Sandra Márcia Wambier assume a vaga decorrente da aposentadoria do juiz José Luiz Moreira Cacciari

No dia 22 de julho de 2005, tomou posse no cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, a Procuradora Regional do Trabalho, **Viviane Colucci**, em vaga

destinada ao membro do Ministério Público do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Juiz Dilnei Ângelo Biléssimo.

## **POSSE DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS**

Tomaram posse no dia 22 de agosto de 2005, na sala de sessões do Tribunal Regional do Trabalho catarinense, sete dos 14 aprovados no XII Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 12ª Região, os juízes Paulo André Cardoso Botto Jacon, Patrícia Andrades Gameiro, Eva Missako Yuhara, Ângela Maria Konrath, Oscar Krost, Renata Felipe Ferrari e Daniel Lisboa.

No dia 21 de setembro de 2005, tomou posse Tatiane Raquel Bastos Buquera no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 12ª Região. A juíza Tatiane foi aprovada no XII Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, realizado pelo TRT catarinense.

No dia 28 de outubro de 2005 tomou posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto, Daniela Abrao Mendes de Carvalho, aprovada no XII Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, realizado pelo TRT catarinense.

No dia 18 de novembro de 2005 tomaram posse no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 12ª Região: Leonardo Rodrigues Itacaramby Bessa, Luiz Roberto Lacerda dos Santos Filho, Camila Torrão Britto e Fábio Alessandro Palagano Francisco, todos aprovados no XII Concurso Público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto, realizado pelo TRT catarinense.

## **TRT CATARINENSE ELEITO PARA REPRESENTAR A REGIÃO SUL NO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

A juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, representando a região sul, foi escolhida entre os 11 integrantes de Tribunais Regionais do Trabalho de todo País que tiveram assento no Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Criado pela Emenda Constitucional n.º 45, na reforma do Judiciário, o Conselho foi instalado no dia 15 de junho de 2005, no plenário do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

## **PRIMEIRO PROCESSO CRIMINAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO CATARINENSE**

Por iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) de Santa Catarina, que propôs ação cautelar inominada contra empresa empreiteira, na Vara Trabalhista de Indaial/SC, foi

admitido o primeiro processo criminal na Justiça do Trabalho catarinense, decorrente da ampliação da competência promovida pela Emenda Constitucional n.º 45.

A ação cautelar, assinada pelos procuradores do trabalho, Marcelo J. Ferlin D'Ambroso e Jaime Roque Perottoni, baseou-se em denúncia anônima de exploração de trabalhadores em fazenda localizada no interior do município de Indaial. Segundo a denúncia os trabalhadores estariam submetidos a situações semelhantes à escravidão, sem registro em carteira profissional, alimentando-se com comida estragada, com alojamento precário e falta de meios para saída do local, dentre outras.

Acatando pedido formulado na cautelar, o juiz Reinaldo Branco de Moraes, titular da Vara do Trabalho (VT) de Indaial, dirigiu-se ao local, em 29 de julho de 2005, para a realização da diligência, que foi acompanhada pelo procurador Marcelo D'Ambroso, por quatro representantes da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e pelo delegado de polícia federal, Annibal Wust do Nascimento Gaya.

O juiz Reinaldo deferiu, no ato, a inclusão da empresa proprietária das terras como segunda requerida no processo cautelar.

Diante da presença no local do sócio da empresa empreiteira, e do comparecimento de representantes da proprietária das terras durante a diligência, foi possível o encaminhamento e a homologação de acordo proposto pelo Ministério Público do Trabalho, devidamente registrado nos autos da ação cautelar.

Além do cumprimento de trinta e três itens ajustados, objetivando a regularização das infrações ou irregularidades constatadas, ficou acertado que a proprietária das terras pagará, a título de dano moral coletivo, a ser depositado em conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a quantia de R\$ 500,00, por trabalhador, totalizando R\$ 11,5 mil, bem como o valor de R\$ 2 mil para cada um dos 23 empregados da empreiteira, a título de dano moral individual. A empresa proprietária das terras também providenciará a entrega, até 31 de julho, de duzentas cestas básicas a entidades assistenciais discriminadas no processo.

Na ocasião foram providenciados os autos de infração e termos de notificação pelos representantes da DRT, com ciência aos interessados no próprio local.

Frente às irregularidades o delegado Annibal emitiu Termo Circunstanciado (TC) com base no *caput* do artigo 203 do Código Penal e artigo 19, § 2º da Lei n.º 8.213/91, que foi entregue ao juiz Reinaldo, no local da diligência. Reconhecendo a competência criminal da Justiça do Trabalho para processar e apreciar o caso, o juiz lavrou Termo de Audiência em que apareceu como indiciado o proprietário da empreiteira, que aceitou a proposta do MPT de entregar na Secretaria da Vara do Trabalho, até o final do mês, quinze cobertores para destinação à entidade beneficente, além de comparecer na sala de audiências da VT de Indaial na última sexta-feira de cada mês, de agosto a novembro de 2005.

O juiz trabalhista homologou a transação por entender que a Justiça do Trabalho é competente para examinar o assunto, porque as infrações penais resultaram do descumprimento de normas aplicáveis à relação de trabalho. "Se a Justiça do Trabalho tem competência para apreciar *habeas corpus*, que têm natureza penal, conforme recente decisão do Supremo Tribunal Federal, também possui competência criminal para os casos envolvendo infrações penais atinentes àquela relação", destacou o juiz trabalhista.

### **TRT PARTICIPA DE FORÇA-TAREFA**

TRT participou das ações conjuntas iniciadas no dia 29 de agosto de 2005 e integrada por representantes da Polícia Federal, Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho, que flagrou mais de 50 trabalhadores em condições degradantes em propriedade de corte e reflorestamento de pinus, na localidade de Corredeiras, município de Campos Novos, no Meio-Oeste de Santa Catarina.

A ação conjunta, resultou de uma denúncia protocolada junto ao Ministério Público do Trabalho catarinense, noticiando a existência de sistema de trabalho semelhante ao escravo, em terras onde vive, desde 1877, a comunidade quilombola Invernada dos Negros.

Após registradas as irregularidades as empresas envolvidas fizeram um acordo com o MPT, envolvendo mais de 40 providências de resultados efetivos e imediatos aos trabalhadores daquela fazenda.

No dia 30 de agosto de 2005, em audiência de prosseguimento realizada na Vara Trabalhista de Joaçaba, não houve acordo quanto ao pagamento de valores pela ocorrência de dano moral coletivo e individual.

O juiz Reinaldo Branco de Moraes, determinou, por fim, diante das infrações constatadas, em caráter provisório, o bloqueio eletrônico de R\$ 300 mil nas contas das empresas Iguazu Celulose Papel SA, Reflorestadora Monte Carlo, Imaribo SA Indústria e Comércio e Agroflorestal Ibicuí SA, para o pagamento dos valores requeridos pelo MPT.

Segundo o juiz Branco de Moraes, a diligência alcançou os seus objetivos, apesar da não-concretização completa do acordo proposto. Para a juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, presidente do Tribunal Regional do Trabalho, a parceria dos vários órgãos públicos produziu resultados efetivos e imediatos.



## **FORÇA-TAREFA DÁ TERCEIRO FLAGRANTE NO ESTADO**

Uma Ação Cautelar Inominada ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, com base em denúncia feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região de Caçador, contra o empreiteiro Tamon Nakayama e a empresa Madeiras Yamanishi Ltda, resultou na terceira inspeção judicial e operação de fiscalização conjuntas realizada pela Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Polícia Federal (PF). A operação começou na manhã do dia 9 de setembro de 2005 na Fazenda Pecã, de propriedade de Zensukn Nakayama, localizada no município de Timbó Grande, pertencente à Comarca de Santa Cecília à 332 Km de Florianópolis.

A equipe de dezoito pessoas, incluindo três Juízes do Trabalho, três Procuradores do Trabalho, um agente de Segurança em Medicina do Trabalho, dois Auditores Fiscais do Trabalho, dois Agentes e um Delegado da Polícia Federal, compareceu ao local, onde inicialmente foi encontrado um acampamento em condições precárias, com alojamentos de chão-batido e cobertos com pedaços de plástico. Nas instalações improvisadas, insalubres e malcheirosas não havia qualquer instalação sanitária.

### **Menores trabalhando**

No acampamento foram encontrados vários trabalhadores preparando-se para se dirigirem às frentes de trabalho. Um deles vivia com mulher e filhos menores em uma das barracas, num espaço compartilhado com cachorros. Entre os onze trabalhadores ali localizados identificou-se um de treze anos de idade, realizando, junto com os demais, o serviço de abate e carregamento de toras de madeira.

No interior da plantação de pinus foi localizado um outro pequeno acampamento onde seis outros trabalhadores, um com esposa e dois filhos pequenos. Outros dois adolescentes, de quinze e dezesseis anos, estavam alojados nas mesmas condições precárias. As refeições eram feitas ao ar livre, sem proteção contra intempéries. A água turva, obtida em poço localizado próximo à privada de madeira, era a mesma bebida por cavalos que se encontravam nas imediações. O serviço de privadas não dispunha, sequer, de fossas adequadas. Os trabalhadores não contavam com qualquer tipo de instalação próxima às frentes de trabalho para se abrigarem das intempéries.

### **Acampamentos são desativados**

O escrivão da Polícia Federal lavrou Termo Circunstanciado identificando a prática de terceirização e quarteirização, com subempregada de subempregada para empresas sem idoneidade financeira, frustrando vários direitos trabalhistas, enquadrando a conduta no tipo penal previsto no artigo 203 do Código Penal e na contravenção penal prevista no art. 19,

parágrafo 2º da Lei do Plano de Benefícios da Previdência Social. A inspeção acabou resultando na denúncia de outros empreiteiros.

Foram identificados como infratores Etsuko Nakayama (japonês), Marcos Roberto Granemann, Valdomiro Granemann Filho, Nelson Silva de Souza, Paulo Menegussi, José Aldori de Barros e João Emílio Padilha.

Ao mesmo tempo em se fazia a inspeção no segundo acampamento, parte da equipe deslocou-se ao centro da cidade de Santa Cecília, dando início às diligências de localização dos demais denunciados.

As atividades nas frentes de trabalho foram imediatamente paralisadas, os acampamentos desativados e os trabalhadores encaminhados ao Fórum da Justiça Estadual da Comarca de Santa Cecília, para participarem da audiência preliminar de conciliação.

A audiência teve início às 18h50min, com participação da juíza presidente do TRT Águeda Maria Lavorato Pereira, dos juízes do trabalho Reinaldo Branco de Moraes e José Ernesto Manzi, dos procuradores do trabalho Acir Alfredo Hack, Jaime Roque Perottoni e Marcelo J. Ferlin D'Ambroso, do delegado da PF Rafael Medeiros Rataichesk, dos auditores fiscais Vidal de Souza, Pedro Alves Araújo e José Márcio Barreto V. Brandão, além do agente de higiene e segurança do trabalho Moacir Bolsoni e dos agentes da polícia federal Carlos Karkoff, Nelson Freitas Filho e do escrivão Rogério Daniel Schacht.

Ficou esclarecido na audiência que a fazenda é de propriedade de Zensukn Nakayama, e administrada por sua nora Etsuko Nakayama, que terceiriza os serviços de corte de pinus às empreiteiras que tinham empregados no local. A empresa Madeiras Yamanishi Ltda (segunda requerida) foi excluída do processo por estar desativada. Foram incluídas as empresas José Aldori de Barros - ME, Tafisa Brasil S.A., JF Serviços Florestais Ltda - ME e Padilha e Franco Ltda - ME, por serem compradores da produção de pinus da referida fazenda e empregadores de 15 das pessoas lá encontradas.

Após o depoimento dos envolvidos, houve conciliação com o Ministério Público do Trabalho envolvendo 50 itens, desde o compromisso de não mais tomarem serviços de menores de 16 anos, nem exigirem produtividade ou realização de serviços superiores às possibilidades humanas, jornada superior à permitida, até o fornecimento gratuito de ferramentas de trabalho, combustível, equipamentos de proteção e uniformes. Além disso ficou acordado que serão providenciados alojamentos habitáveis.

#### **Acordo estipulou desembolsos por dano moral coletivo e individual**

Dentre as obrigações estabelecidas pelo acordo, também ficou estipulado que Tamon Nakayama e José Aldori de Barros-ME arcarão com um valor de R\$10.000,00, cada um, em reformas ao Posto da Polícia Rodoviária Federal da BR 116, proximidades de Santa Cecília, e doações de materiais e equipamentos à

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina, até o final do mês de setembro.

As empresas JF Serviços Florestais LTDA-ME e Padilha e Franco LTDA - ME arcarão com R\$ 5.000,00 cada uma, em materiais e equipamentos à Superintendência Regional da PF em SC até 31 de outubro. Os trabalhadores receberão a título de dano moral individual, o valor de R\$3.000,00 cada um, que será depositado em juízo, em parcelas ajustadas com cada um dos requeridos.

O MPT requereu e teve deferida a penhora eletrônica de R\$ 300 mil da empresa Tafisa Brasil S/A, que não se fez representar legalmente na audiência. O valor penhorado servirá de garantia de pagamento dos danos verificados pelo comportamento ilícito. Também foram expedidos mandados de busca e apreensão de documentos da empresa, que tem sede no município de Piên, no Paraná. A operação conjunta durou cerca de treze horas ininterruptas de trabalho por parte da equipe que envolveu as quatro instituições.

## **AQUISIÇÃO DE BANCADAS ERGONÔMICAS**

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, assinou na tarde de 19 de julho de 2004, a homologação do pregão para a aquisição de 350 bancadas ergonômicas.

## **OUIDORIA**

Em 2005, o serviço de ouvidoria do TRT catarinense foi ampliado com o objetivo de receber sugestões, informações, denúncias, críticas ou comentários sobre o funcionamento da instituição, passou a ter sua função ampliada, tornando-se também um órgão receptor das reivindicações do usuário interno, ou seja, o servidor, que muitas vezes não sabe a quem recorrer ou não compreende a linguagem jurídico-administrativa.

Após o sucesso da ouvidoria externa, que existe desde 2001 e tem sido um canal amplamente utilizado pela população catarinense, o TRT pretende que o mesmo canal seja agente facilitador e humanizador nas soluções de conflitos decorrentes das relações entre o usuário interno do serviço e os operadores da máquina administrativa.

Segundo a presidente do TRT/SC, juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, a ampliação faz parte da política de reestruturação funcional e operacional da instituição, oportunizando uma reflexão por parte dos próprios servidores e possibilitando a indicação das necessidades e deficiências.

## **LANÇAMENTO DE LIVROS - PROJETO COR E POESIA**

O Projeto Cor e Poesia, sob a coordenação da Secretaria Judiciária - Serviço de Documentação - Setor de Biblioteca e com o apoio do Serviço de Divulgação e do CENACULT promoveu no TRT catarinense:

**No dia 30 de setembro de 2004**, no Hall de entrada do TRT, a juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, presidente deste Tribunal fez a abertura da sessão de lançamento e de autógrafos dos livros:

**"Dez Anos de Vistos, etc."**, coletânea alusiva aos dez anos de magistratura de quatorze juízes de 1º grau.

Organizado pelos juízes Maria Beatriz V. Gubert e Sebastião Tavares Pereira e com prefácio do juiz Pedro Alves de Almeida, o livro reúne estórias, experiências e relatos coletados pelos quatorze juízes que ingressaram na magistratura trabalhista catarinense no ano de 1994. Durante o lançamento da obra, a juíza Sonia Maria Ferreira Roberts falou em nome dos demais autores.

Além do aspecto do registro histórico, o livro busca mostrar ao público-alvo (operadores do Direito e candidatos à carreira de juiz do trabalho) a visão da magistratura através de relatos emocionados, acadêmicos, desabafos, histórias hilárias ou tristes.

**"Manual de Direito Previdenciário"**, dos juízes Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari.

A Associação dos Magistrados do Trabalho - AMATRA 12 ofereceu um coquetel aos presentes. O evento foi abrilhantado com a apresentação musical do juiz Roberto Basilone Leite, no violão, dos servidores Francisco Laranjeiras, no sax e Nilvio Gomes Bach, na flauta transversal

**No dia 27 de outubro de 2004**, em comemoração à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, foi lançada no TRT a Campanha de Doação de Livros em prol de entidades filantrópicas, juntamente com o lançamento dos livros:

**"Contratos Coletivos de Trabalho - Flexibilização e seus Limites"**, da juíza Sônia Maria Ferreira Roberts.

**"Do Recurso de Revista"**, 2ª edição, da servidora Lenira Ferreira Ruiz.

O professor e artista, Luciano M. Souza alegrou os presentes contando histórias como incentivo à prática da leitura. Os convidados foram agraciados com um coquetel oferecido pela Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho - AJUT.

De 24 a 28 de outubro de 2005, em alusão à Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, o Serviço de Documentação - Setor de

Biblioteca e o CENACULT desenvolveram uma criativa Programação cultural:

Na tarde de 24 de outubro de 2005, no saguão do TRT, foi lançado e autografado o livro "**Curso Elementar de Direito Previdenciário**", do juiz do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro e do juiz federal João Batista Lazzari.

Foram lançados ainda:

- PAINEL LITERÁRIO, espaço destinado à divulgação dos trabalhos literários de servidores e magistrados que são poetas ou escritores.
- Abertura da Campanha de Doação de Livros, Revistas e de Material Escolar em prol de entidades filantrópicas da região.
- TROCA-TROCA DE LIVROS e Revistas no Setor de Biblioteca.
- Demonstração dos recursos informatizados para pesquisa e utilização da biblioteca.

## **HOMENAGENS**

### **COMENDA**

Em 11 de agosto de 2005, a juíza Águeda Maria Lavorato Pereira, foi homenageada no TST, em Brasília, recebendo a "Medalha de Grande Oficial" das mãos do Ministro do TST, José Luciano de Castilho Ferreira.

### **ORDEM CATARINENSE DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO DO TRT DA 12ª REGIÃO**

A Ordem Catarinense do Mérito Judiciário criada pela Resolução Administrativa n.º 168/2001 tem como objetivo exaltar os méritos, a dedicação e os relevantes serviços prestados à cultura jurídica e a Justiça Trabalhista pelas personalidades e pessoas naturais ou jurídicas.

No dia 10 de outubro de 2005, a insígnia da Ordem Catarinense do Mérito Judiciário foi entregue à dezessete personalidades, dentre Juízes, servidores e homenageados em solenidade realizada na sala de sessões do TRT catarinense.

### **ENTREGA DA TOGA**

No dia 1º de dezembro foi realizada a "Sessão Solene de Entrega da Toga e da Insígnia da Ordem Catarinense do Mérito Judiciário do Trabalho" ao Juiz aposentado José Luiz Moreira Cacciari.

### **NOVAS INSTALAÇÕES DO BANCO DO BRASIL NO TRT**

O Banco do Brasil inaugurou em 07 de dezembro de 2005, as novas instalações do Posto de Atendimento Bancário no Tribunal do Trabalho de Santa Catarina. A unidade bancária está localizada no térreo do prédio administrativo, próximo a sala da OAB/SC.